



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARGARIDA**  
**SANTA MARGARIDA - ESTADO DE MINAS GERAIS**

Santa Margarida, 10 de março de 2021.

Exmo. Sr.

**Guilherme Caldas Otoni**

**DD. Presidente da Câmara Municipal de Santa Margarida/MG**

Senhor Presidente,

Anexo ao presente, estamos enviando para apreciação, discussão e votação por essa Egrégia Câmara, o Projeto de Lei n.º 115/2021, que *“Dispõe sobre infrações administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao enfrentamento da situação de calamidade pública decorrente da COVID-19, e dá outras providências”*.

Como se trata de matéria de relevante interesse público e urgência, solicitamos a convocação de reunião EXTRAORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL, visando a regular instauração do processo legislativo no tocante à apreciação, discussão e votação do presente projeto, com esteio no art. 110, XVI da Lei Orgânica Municipal.

Limitados ao exposto, nos colocamos a disposição para os esclarecimentos que se façam necessários, reiterando na oportunidade, protestos da mais alta estima e consideração.

Atenciosamente.

**Ilbelle Santana Otoni**

**Prefeito**

**RECEBIDO**

**10 / 03 / 2021**

**Natália Oliveira Guerra**  
**Assessor do Presidente**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARGARIDA**  
**SANTA MARGARIDA - ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Projeto de Lei n.º 115/2021,**  
**De 10 de março de 2021.**

*“Dispõe sobre infrações administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao enfrentamento da situação de calamidade pública decorrente da COVID-19, e dá outras providências”.*

O Povo do Município de Santa Margarida, Estado de Minas Gerais, por seus Representantes na Câmara Municipal aprovou, e eu, **Ibnelle Santana Otoni**, Prefeito do Município, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** - Esta Lei estabelece normas básicas sobre as infrações administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao enfrentamento da situação de calamidade pública decorrente da COVID-19.

**CAPÍTULO II**  
**DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DA COVID-19**

**Seção I**  
**Das Disposições Gerais**

**Art. 2º** - Considera-se infração administrativa lesiva ao enfrentamento da situação de calamidade pública decorrente da COVID-19 toda ação ou omissão, voluntária ou não, que viole as regras jurídicas previstas nesta Lei, nos regulamentos, protocolos, deliberações, resoluções e normas que se destinem à promoção, preservação e recuperação das saúde no combate da pandemia.

**Seção II**  
**Das Infrações Administrativas Lesivas ao Enfrentamento da Calamidade Pública**

**Art. 3º** São consideradas infrações administrativas lesivas ao enfrentamento da calamidade pública:

I – descumprir obrigação de fornecer máscara de proteção para cobertura da boca e nariz aos seus funcionários, empregados, servidores ou colaboradores, quando se tratar de estabelecimentos públicos e privados;

II – deixar de realizar o controle do uso de máscaras de proteção para cobertura da boca e nariz de todas as pessoas presentes no estabelecimento, funcionários ou consumidores;

III – participar de atividades ou reuniões que geram aglomeração de pessoas, bem como, em se tratando de estabelecimentos ou organizações de eventos, descumprir as normas que proíbem aglomeração;

IV – promover eventos de massa, permiti-los ou deixar de realizar seu controle;

1



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARGARIDA**  
**SANTA MARGARIDA - ESTADO DE MINAS GERAIS**

V – descumprir normas administrativas municipais editadas para reduzir a transmissão e infecção pela COVID-19 relativas:

- a) à proibição, suspensão ou restrição ao exercício de atividades;
- b) à proibição, suspensão ou restrição de reuniões;
- c) à proibição ou restrição de horário e/ou modalidade de atendimento;
- d) ao controle de lotação de pessoas;
- e) ao distanciamento mínimo entre pessoas, em todas as direções.

VI – descumprir a obrigação de disponibilizar álcool em gel 70% (setenta por cento) para uso próprio, dos funcionários e dos consumidores em toda unidades comerciais;

VII – descumprir a obrigação de auxiliar na organização das filas dentro e/ou fora da sua unidade comercial, garantindo o distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;

VIII – descumprir comunicado de isolamento domiciliar determinado por profissional de saúde, sem prévia justificativa avaliada pela autoridade sanitária competente;

IX – desrespeitar ou desacatar a autoridade administrativa, quando no exercício das atribuições previstas nesta Lei; e

X – obstruir ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades administrativas no exercício de suas funções.

§ 1º A obrigação de uso de máscaras de proteção facial será dispensada no caso de crianças menores de 3 (três) anos de idade, bem como no caso de pessoas com transtorno do espectro autista, com deficiência intelectual, com deficiências sensoriais ou com quaisquer outras deficiências que as impeçam de fazer uso adequado, conforme declaração médica que poderá ser obtida e apresentada por meio digital.

§ 2º As infrações administrativas previstas neste artigo abrangem os locais privados de uso coletivo, tais como igrejas, templos, clubes recreativos e cogêneres.

**Seção III**  
**Do Processo Sancionatório**

**Art. 4º** - São autoridades competentes, de forma comum, para lavrar o auto de infração e instaurar processos administrativos os servidores (agentes, fiscais ou outro investido da função) da Vigilância Epidemiológica, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, que passam a ser dotados de poder de polícia administrativa, designados para as atividades de fiscalização.

§ 1º A Vigilância Epidemiológica poderá, conforme a necessidade, solicitar a cooperação da Polícia Militar e/ou Polícia Civil.

§ 2º As infrações administrativas serão apuradas, processadas e decididas em processo administrativo próprio, no âmbito do órgão instaurador, assegurado o direito à ampla defesa, ao contraditório e ao devido processo legal, ressalvados os casos de flagrante em que será permitida a aplicação da sanção de forma imediata, nos moldes desta Lei.

**Art. 5º** - As penalidades serão imputadas a quem causou a infração, para ela concorreu ou dela se beneficiou direta ou indiretamente.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARGARIDA**  
**SANTA MARGARIDA - ESTADO DE MINAS GERAIS**

Parágrafo Único Considera-se causa, a ação ou omissão, voluntária ou não, sem a qual a infração não teria ocorrido.

**Subseção I**  
**Das Penalidades**

**Art. 6º** - As infrações administrativas serão punidas com as seguintes penalidades, sem prejuízo da responsabilização civil, penal e administrativa decorrentes de outras Leis:

I – advertência verbal;

II - multa;

III – embargo;

IV – interdição;

V – cassação do alvará de localização e funcionamento do estabelecimento e entidade.

**Parágrafo Único** A autoridade competente poderá impor uma ou mais sanções previstas neste artigo, conforme o caso exigir, podendo as penalidades de natureza administrativa e/ou civil cumularem-se com as sanções penais.

**Art. 7º** - A penalidade de advertência verbal somente será aplicada na hipótese de descumprimento da obrigação do uso de máscara.

**Parágrafo Único** Em caso de desobediência ou de não acatamento da orientação, o infrator ficará sujeito à penalidade de multa.

**Art. 8º** A multa será corrigidas periodicamente, com base nos índices estabelecidos na legislação pertinente, devendo ser observada a gravidade da infração cometida, a ser aferida e descrita pelo servidor municipal designado para a fiscalização, podendo ser aplicada em dobro em caso de reincidência, atendendo aos seguintes critérios:

§ 1º No caso de infringência ao art. 3º, inciso I, desta Lei, para as pessoas físicas a multa será de R\$ 100,00 (cento e cinquenta reais).

§ 2º No caso de infringência ao art. 3º, incisos II, III, VII e VIII desta Lei, para as pessoas físicas e/ou jurídicas a multa será de R\$ 100,00 (cento e cinquenta reais) por funcionário, empregado, servidor, colaborador ou cliente, constatados no momento da fiscalização.

§ 3º No caso de infringência ao art. 3º, incisos IV e V desta Lei, para as pessoas físicas e/ou jurídicas a multa será de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais) para o proprietário ou responsável pelo imóvel e/ou pela empresa, e de R\$ 100,00 (cento e cinquenta reais) para cada pessoa presente no local.

§ 4º No caso de infringência ao art. 3º, inciso IX desta Lei, para as pessoas físicas a multa será de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais), e para as pessoas jurídicas que obstaculizarem o seu cumprimento a multa será de R\$ 1.100,00 por pessoa notificada.

§ 6º No caso de desobediência de determinação de embargo da atividade por risco à saúde ou infração às normas sanitárias de enfrentamento, prevenção e controle da COVID-19, será aplicada multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), dobrando no caso de reincidência.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARGARIDA**  
**SANTA MARGARIDA - ESTADO DE MINAS GERAIS**

§ 7º Na desobediência das demais disposições desta Lei, a multa será de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais), por ato infracional constatado em flagrante ou apurado.

§ 8º Todos os valores arrecadados pela aplicação de multas serão aplicados em ações e serviços de saúde, no âmbito do Município de Santa Margarida.

**Art. 9º** Sem prejuízo das sanções de natureza civil, administrativa ou penal cabíveis, nos casos previstos no art. 3º desta Lei, durante a vistoria administrativa, poderão ser aplicadas as penalidades de multa, cassação do alvará de localização e funcionamento do estabelecimento, interdição ou embargo, em conjunto ou isoladamente.

§ 1º As penalidades de multa, interdição ou embargo independem de prévia notificação.

§ 2º A cessação das penalidades de embargo ou interdição dependerá de decisão da autoridade administrativa (Vigilância Epidemiológica) após a apresentação, por parte do autuado, de defesa e proposta de adequação, se comprometendo ao atendimento da legislação.

**Subseção II**  
**Da Aplicação das Penalidades**

**Art. 10** – As infrações serão apuradas em processo administrativo próprio, iniciado com a lavratura de auto de infração ou, nos casos de cassação do Alvará, com a notificação, observado o rito estabelecido nesta Lei.

**Art. 11** O auto de infração conterá:

I – o nome do infrator ou responsável, seu domicílio ou residência e demais elementos necessários à sua qualificação ou identificação;

II – o local, data e hora em que a infração foi constatada;

III – o dispositivo legal transgredido;

IV – o preceito legal que autoriza a imposição da penalidade;

V – as assinaturas do autuante, do autuado ou seu representante legal, e na hipótese de recusa, de duas testemunhas, devendo o fato constar no respectivo auto;

VI – em caso de aplicação de multa, concessão de dez dias, para que o infrator recolha a multa ao Tesouro Municipal, sob pena de inscrição do seu valor em dívida ativa e demais medidas legais cabíveis.

Parágrafo Único As omissões ou incorreções não acarretarão nulidade do auto de infração, quando no processo constarem elementos suficientes a comprovar a ocorrência da infração e/ou a responsabilidade do infrator.

**Art. 12** Para a imposição de penalidade e sua graduação, a autoridade competente deverá levar em conta:

I – a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas conseqüências para a saúde pública;

II – os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento das normas de combate à pademia.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARGARIDA**  
**SANTA MARGARIDA - ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CAPÍTULO III**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 13** – Aplicam-se subsidiariamente as disposições do Código de Vigilância Sanitária e de Posturas do Município de Santa Margarida.

**Art. 14** Esta Lei poderá ser regulamentada por Decreto, ouvido o comitê de enfrentamento da pandemia.

Parágrafo Único ficam recepcionados os decretos municipais editados para o enfrentamento da situação da calamidade pública que estabeleçam medidas restritivas às atividades e serviços, e definam os serviços e atividades essenciais que devem ser resguardados pelo Poder Público e pela iniciativa privada.

**Art. 15** – Fica autorizada a contratação de até 30 (trinta) agentes fiscais de vigilância epidemiológica para fazer face às ações de combate à COVID-19.

Parágrafo Único Os contratos temporários decorrentes da presente contratação temporária serão regidos pela Lei Municipal nº 1.579, de 11 de fevereiro de 2021, e terão vigência máxima de 6 meses, prorrogável por igual período, nos termos da citada legislação.

**Art. 16** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará enquanto estiver vigente a Calamidade Pública no Município de Santa Margarida.

**Art. 17** Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura M. de Santa Margarida, aos 10 de março de 2021.

  
**Ilbnelle Santana Otoni**  
**Prefeito**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARGARIDA**  
**SANTA MARGARIDA - ESTADO DE MINAS GERAIS**

**JUSTIFICATIVA**

**Projeto de Lei n.º 115/2021,**  
**De 10 de março de 2021.**

**SENHOR PRESIDENTE,**  
**SENHORES VEREADORES,**

1 – Como é do conhecimento de Vossas Excelências as ações de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus, a cada dia que passa demanda a atuação conjunto do poder público e de todos os demais setores da iniciativa privada;

2 – Há um ano diversas ações de conscientização foram levadas à cabo pelo Poder Público, porém, apenas parte da população aderiu de fato ao distanciamento social, à utilização de máscaras faciais e do álcool em gel (70%);

3 - Que estes três ações aparentemente simples, são suficientes para evitarem o contágio e a disseminação da COVID-19;

4 – Não obstante isso, o que estamos observando é um total relaxamento da população e conseqüentemente, um aumento exponencial dos casos da doença e do número de mortos em nosso estado e no país.

5 – Como consequência disso são editados Decretos que restringe atividades comerciais e acabam provocando danos à economia local, conforme se deu nessa data.

6 – Como as ações de conscientização não surtiram efeito e visando penalizar menos o comércio local, o Poder Público Municipal através do presente projeto visa instituir infrações e penalidade para todo aquele que descumprir as orientações emanadas da administração, tendentes a conter o avanço da pandemia.

7 – A presente legislação tem como objetivo impor multas e outras penalidades à todas as pessoas físicas e jurídicas que insistirem em não observarem as orientações e disposições previstas em leis, decretos, etc acerca da ações de combate à COVID-19.

8 – Embora seja um remédio amargo, a aprovação deste projeto de lei contribuirá para a retomada da atividade econômica no Município, e, principalmente, contribuirá muito para o controle da pandemia em nossa cidade.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARGARIDA**  
**SANTA MARGARIDA - ESTADO DE MINAS GERAIS**

9 – As multas fixadas no presente projeto variam de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sendo que também, há a previsão de advertência, embargo, interdição e cassação de alvará;

10 – Para viabilizar e intensificar a fiscalização, a administração irá contratar cerca de 30 (trinta) pessoas que atuaram especificamente em ações de combate ao desrespeito às regras básicas de higiene que podem evitar internações e mortes de entes queridos.

11 - Assim, diante da autoridade que são dotadas Vossas Excelências, o executivo municipal confia na aprovação do presente projeto, em regime de urgência, possibilitando a apreciação e deliberação, na forma regimental.

Prefeitura M. de Santa Margarida, aos 10 de março de 2021.

  
**Ibnelle Santana Otoni**  
**Prefeito**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARGARIDA**  
**SANTA MARGARIDA - ESTADO DE MINAS GERAIS**

Santa Margarida, 10 de março de 2021.

Exmo. Sr.

**Guilherme Caldas Otoni**

**DD. Presidente da Câmara Municipal de Santa Margarida/MG**

Senhor Presidente,

Anexo ao presente, estamos enviando para apreciação, discussão e votação por essa Egrégia Câmara, o Projeto de Lei n.º 115/2021, que "*Dispõe sobre infrações administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao enfrentamento da situação de calamidade pública decorrente da COVID-19, e dá outras providências*".

Como se trata de matéria de relevante interesse público e urgência, solicitamos a convocação de reunião EXTRAORDINÁRIA DA CAMÂMARA MUNICIPAL, visando a regular instauração do processo legislativo no tocante à apreciação, discussão e votação do presente projeto, com esteio no art. 110, XVI da Lei Orgânica Municipal.

Limitados ao exposto, nos colocamos a disposição para os esclarecimentos que se façam necessários, reiterando na oportunidade, protestos da mais alta estima e consideração.

Atenciosamente.

**Ilbelle Santana Otoni**  
**Prefeito**

**RECEBIDO**

10 / 03 / 2021

*Natália Oliveira Guerra*  
**Natália Oliveira Guerra**  
**Assessor do Presidente**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARGARIDA**  
**SANTA MARGARIDA - ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Projeto de Lei n.º 115/2021,**  
**De 10 de março de 2021.**

*“Dispõe sobre infrações administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao enfrentamento da situação de calamidade pública decorrente da COVID-19, e dá outras providências”.*

O Povo do Município de Santa Margarida, Estado de Minas Gerais, por seus Representantes na Câmara Municipal aprovou, e eu, **Ilbelle Santana Otoni**, Prefeito do Município, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** - Esta Lei estabelece normas básicas sobre as infrações administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao enfrentamento da situação de calamidade pública decorrente da COVID-19.

**CAPÍTULO II**  
**DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DA COVID-19**

**Seção I**  
**Das Disposições Gerais**

**Art. 2º** - Considera-se infração administrativa lesiva ao enfrentamento da situação de calamidade pública decorrente da COVID-19 toda ação ou omissão, voluntária ou não, que viole as regras jurídicas previstas nesta Lei, nos regulamentos, protocolos, deliberações, resoluções e normas que se destinem à promoção, preservação e recuperação da saúde no combate da pandemia.

**Seção II**  
**Das Infrações Administrativas Lesivas ao Enfrentamento da Calamidade Pública**

**Art. 3º** São consideradas infrações administrativas lesivas ao enfrentamento da calamidade pública:

I – descumprir obrigação de fornecer máscara de proteção para cobertura da boca e nariz aos seus funcionários, empregados, servidores ou colaboradores, quando se tratar de estabelecimentos públicos e privados;

II – deixar de realizar o controle do uso de máscaras de proteção para cobertura da boca e nariz de todas as pessoas presentes no estabelecimento, funcionários ou consumidores;

III – participar de atividades ou reuniões que geram aglomeração de pessoas, bem como, em se tratando de estabelecimentos ou organizações de eventos, descumprir as normas que proíbem aglomeração;

IV – promover eventos de massa, permiti-los ou deixar de realizar seu controle;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARGARIDA**  
**SANTA MARGARIDA - ESTADO DE MINAS GERAIS**

V – descumprir normas administrativas municipais editadas para reduzir a transmissão e infecção pela COVID-19 relativas:

- a) à proibição, suspensão ou restrição ao exercício de atividades;
- b) à proibição, suspensão ou restrição de reuniões;
- c) à proibição ou restrição de horário e/ou modalidade de atendimento;
- d) ao controle de lotação de pessoas;
- e) ao distanciamento mínimo entre pessoas, em todas as direções.

VI – descumprir a obrigação de disponibilizar álcool em gel 70% (setenta por cento) para uso próprio, dos funcionários e dos consumidores em toda unidades comerciais;

VII – descumprir a obrigação de auxiliar na organização das filas dentro e/ou fora da sua unidade comercial, garantindo o distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;

VIII – descumprir comunicado de isolamento domiciliar determinado por profissional de saúde, sem prévia justificativa avaliada pela autoridade sanitária competente;

IX – desrespeitar ou desacatar a autoridade administrativa, quando no exercício das atribuições previstas nesta Lei; e

X – obstruir ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades administrativas no exercício de suas funções.

§ 1º A obrigação de uso de máscaras de proteção facial será dispensada no caso de crianças menores de 3 (três) anos de idade, bem como no caso de pessoas com transtorno do espectro autista, com deficiência intelectual, com deficiências sensoriais ou com quaisquer outras deficiências que as impeçam de fazer uso adequado, conforme declaração médica que poderá ser obtida e apresentada por meio digital.

§ 2º As infrações administrativas previstas neste artigo abrangem os locais privados de uso coletivo, tais como igrejas, templos, clubes recreativos e cogêneres.

**Seção III**  
**Do Processo Sancionatório**

**Art. 4º** - São autoridades competentes, de forma comum, para lavrar o auto de infração e instaurar processos administrativos os servidores (agentes, fiscais ou outro investido da função) da Vigilância Epidemiológica, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, que passam a ser dotados de poder de polícia administrativa, designados para as atividades de fiscalização.

§ 1º A Vigilância Epidemiológica poderá, conforme a necessidade, solicitar a cooperação da Polícia Militar e/ou Polícia Civil.

§ 2º As infrações administrativas serão apuradas, processadas e decididas em processo administrativo próprio, no âmbito do órgão instaurador, assegurado o direito à ampla defesa, ao contraditório e ao devido processo legal, ressalvados os casos de flagrante em que será permitida a aplicação da sanção de forma imediata, nos moldes desta Lei.

**Art. 5º** - As penalidades serão imputadas a quem causou a infração, para ela concorreu ou dela se beneficiou direta ou indiretamente.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARGARIDA**  
**SANTA MARGARIDA - ESTADO DE MINAS GERAIS**

Parágrafo Único Considera-se causa, a ação ou omissão, voluntária ou não, sem a qual a infração não teria ocorrido.

**Subseção I**  
**Das Penalidades**

**Art. 6º** - As infrações administrativas serão punidas com as seguintes penalidades, sem prejuízo da responsabilização civil, penal e administrativa decorrentes de outras Leis:

I – advertência verbal;

II - multa;

III – embargo;

IV – interdição;

V – cassação do alvará de localização e funcionamento do estabelecimento e entidade.

**Parágrafo Único** - A autoridade competente poderá impor uma ou mais sanções previstas neste artigo, conforme o caso exigir, podendo as penalidades de natureza administrativa e/ou civil cumularem-se com as sanções penais.

**Art. 7º** - A penalidade de advertência verbal somente será aplicada na hipótese de descumprimento da obrigação do uso de máscara.

**Parágrafo Único** - Em caso de desobediência ou de não acatamento da orientação, o infrator ficará sujeito à penalidade de multa.

**Art. 8º** A multa será corrigidas periodicamente, com base nos índices estabelecidos na legislação pertinente, devendo ser observada a gravidade da infração cometida, a ser aferida e descrita pelo servidor municipal designado para a fiscalização, podendo ser aplicada em dobro em caso de reincidência, atendendo aos seguintes critérios:

§ 1º No caso de infringência ao art. 3º, inciso I, desta Lei, para as pessoas físicas a multa será de R\$ 100,00 (cem reais).

§ 2º No caso de infringência ao art. 3º, incisos II, III, VII e VIII desta Lei, para as pessoas físicas e/ou jurídicas a multa será de R\$ 100,00 (cem reais) por funcionário, empregado, servidor, colaborador ou cliente, constatados no momento da fiscalização.

§ 3º No caso de infringência ao art. 3º, incisos IV e V desta Lei, para as pessoas físicas e/ou jurídicas a multa será de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais) para o proprietário ou responsável pelo imóvel e/ou pela empresa, e de R\$ 100,00 (cem reais) para cada pessoa presente no local.

§ 4º No caso de infringência ao art. 3º, inciso IX desta Lei, para as pessoas físicas a multa será de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais), e para as pessoas jurídicas que obstaculizarem o seu cumprimento a multa será de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais) por pessoa notificada.

§ 6º No caso de desobediência de determinação de embargo da atividade por risco à saúde ou infração às normas sanitárias de enfrentamento, prevenção e controle da COVID-19, será aplicada multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), dobrando no caso de reincidência.

§ 7º Na desobediência das demais disposições desta Lei, a multa será de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais), por ato infracional constatado em flagrante ou apurado.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARGARIDA**  
**SANTA MARGARIDA - ESTADO DE MINAS GERAIS**

§ 8º Todos os valores arrecadados pela aplicação de multas serão aplicados em ações e serviços de saúde, no âmbito do Município de Santa Margarida.

**Art. 9º** Sem prejuízo das sanções de natureza civil, administrativa ou penal cabíveis, nos casos previstos no art. 3º desta Lei, durante a vistoria administrativa, poderão ser aplicadas as penalidades de multa, cassação do alvará de localização e funcionamento do estabelecimento, interdição ou embargo, em conjunto ou isoladamente.

§ 1º As penalidades de multa, interdição ou embargo independem de prévia notificação.

§ 2º A cessação das penalidades de embargo ou interdição dependerá de decisão da autoridade administrativa (Vigilância Epidemiológica) após a apresentação, por parte do autuado, de defesa e proposta de adequação, se comprometendo ao atendimento da legislação.

**Subseção II**  
**Da Aplicação das Penalidades**

**Art. 10** – As infrações serão apuradas em processo administrativo próprio, iniciado com a lavratura de auto de infração ou, nos casos de cassação do Alvará, com a notificação, observado o rito estabelecido nesta Lei.

**Art. 11** O auto de infração conterá:

- I – o nome do infrator ou responsável, seu domicílio ou residência e demais elementos necessários à sua qualificação ou identificação;
- II – o local, data e hora em que a infração foi constatada;
- III – o dispositivo legal transgredido;
- IV – o preceito legal que autoriza a imposição da penalidade;
- V – as assinaturas do autuante, do autuado ou seu representante legal, e na hipótese de recusa, de duas testemunhas, devendo o fato constar no respectivo auto;
- VI – em caso de aplicação de multa, concessão de dez dias, para que o infrator recolha a multa ao Tesouro Municipal, sob pena de inscrição do seu valor em dívida ativa e demais medidas legais cabíveis.

Parágrafo Único As omissões ou incorreções não acarretarão nulidade do auto de infração, quando no processo constarem elementos suficientes a comprovar a ocorrência da infração e/ou a responsabilidade do infrator.

**Art. 12** Para a imposição de penalidade e sua graduação, a autoridade competente deverá levar em conta:

- I – a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas conseqüências para a saúde pública;
- II – os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento das normas de combate à pademia.

**CAPÍTULO III**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARGARIDA**  
**SANTA MARGARIDA - ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Art. 13** – Aplicam-se subsidiariamente as disposições do Código de Vigilância Sanitária e de Posturas do Município de Santa Margarida.

**Art. 14** Esta Lei poderá ser regulamentada por Decreto, ouvido o comitê de enfrentamento da pandemia.

**Parágrafo Único** - Ficam recepcionados os decretos municipais editados para o enfrentamento da situação da calamidade pública que estabeleçam medidas restritivas às atividades e serviços, e definam os serviços e atividades essenciais que devem ser resguardados pelo Poder Público e pela iniciativa privada.

**Art. 15** – Fica autorizada a contratação de até 30 (trinta) agentes fiscais de vigilância epidemiológica para fazer face às ações de combate à COVID-19.

**Parágrafo Único** - Os contratos temporários decorrentes da presente contratação temporária serão regidos pela Lei Municipal nº 1.579, de 11 de fevereiro de 2021, e terão vigência máxima de 6 meses, prorrogável por igual período, nos termos da citada legislação.

**Art. 16** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará enquanto estiver vigente a Calamidade Pública no Município de Santa Margarida.

**Art. 17** Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura M. de Santa Margarida, aos 10 de março de 2021.

**Ilbnelle Santana Otoni**

**Prefeito**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARGARIDA**  
**SANTA MARGARIDA - ESTADO DE MINAS GERAIS**

**JUSTIFICATIVA**

**Projeto de Lei n.º 115/2021,**  
**De 10 de março de 2021.**

**SENHOR PRESIDENTE,**  
**SENHORES VEREADORES,**

1 – Como é do conhecimento de Vossas Excelências as ações de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus, a cada dia que passa demanda a atuação conjunta do poder público e de todos os demais setores da iniciativa privada;

2 – Há um ano diversas ações de conscientização foram levadas à cabo pelo Poder Público, porém, apenas parte da população aderiu de fato ao distanciamento social, à utilização de máscaras faciais e do álcool em gel (70%);

3 - Que estes três ações aparentemente simples, são suficientes para evitarem o contágio e a disseminação da COVID-19;

4 – Não obstante isso, o que estamos observando é um total relaxamento da população e conseqüentemente, um aumento exponencial dos casos da doença e do número de mortos em nosso estado e no país.

5 – Como consequência disso são editados Decretos que restringe atividades comerciais e acabam provocando danos à economia local, conforme se deu nessa data.

6 – Como as ações de conscientização não surtiram efeito e visando penalizar menos o comércio local, o Poder Público Municipal através do presente projeto visa instituir infrações e penalidade para todo aquele que descumprir as orientações emanadas da administração, tendentes a conter o avanço da pandemia.

7 – A presente legislação tem como objetivo impor multas e outras penalidades à todas as pessoas físicas e jurídicas que insistirem em não observarem as orientações e disposições previstas em leis, decretos, etc acerca da ações de combate à COVID-19.

8 – Embora seja um remédio amargo, a aprovação deste projeto de lei contribuirá para a retomada da atividade econômica no Município, e, principalmente, contribuirá muito para o controle da pandemia em nossa cidade.

9 – As multas fixadas no presente projeto variam de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sendo que também, há a previsão de advertência, embargo, interdição e cassação de alvará;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARGARIDA**  
**SANTA MARGARIDA - ESTADO DE MINAS GERAIS**

---

10 – Para viabilizar e intensificar a fiscalização, a administração irá contratar cerca de 30 (trinta) pessoas que atuaram especificamente em ações de combate ao desrespeito às regras básicas de higiene que podem evitar internações e mortes de entes queridos.

11 - Assim, diante da autoridade que são dotadas Vossas Excelências, o executivo municipal confia na aprovação do presente projeto, em regime de urgência, possibilitando a apreciação e deliberação, na forma regimental.

Prefeitura M. de Santa Margarida, aos 10 de março de 2021.

***Ilnelle Santana Otoni***

***Prefeito***